

A TEMÁTICA AMBIENTAL NO PROALE: ANÁLISE DA INSERÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Khadidja Karen Monteiro Assunção Torres
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
E-mail khadidjatorres@yahoo.com.br

Heryson Raisthen Viana Alves
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
E-mail herysonraisthen@gmail.com

Zacarias Marinho
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
E-mail zacariasmarinho@uern.br

Resumo: Esse artigo tem como centralidade abordar a inserção do Meio Ambiente/Educação Ambiental no material didático do Programa de Alfabetização e Letramento (PROALE). De forma complementar discutimos a construção do discurso em torno do Meio Ambiente/Educação Ambiental, nos grandes eventos internacionais da área, por entendermos que esses eventos se constituem como parte do Contexto de Influência das políticas da temática ambiental. Nossa metodologia se constitui de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. No nosso aporte teórico-metodológico trazemos o Ciclo de Política (Bowe, Ball e Gold, 1992); a compreensão de currículo numa perspectiva discursiva (Lopes e Macedo, 2011). Constatamos que o material analisado traz limitações mesmo para um processo de iniciação nessa temática, levando-nos a compreensão de uma Educação Ambiental distante das perspectivas mais contemporâneas.

Palavras-Chave: Temas Transversais. Meio Ambiente. Educação Ambiental. Proale.

Introdução

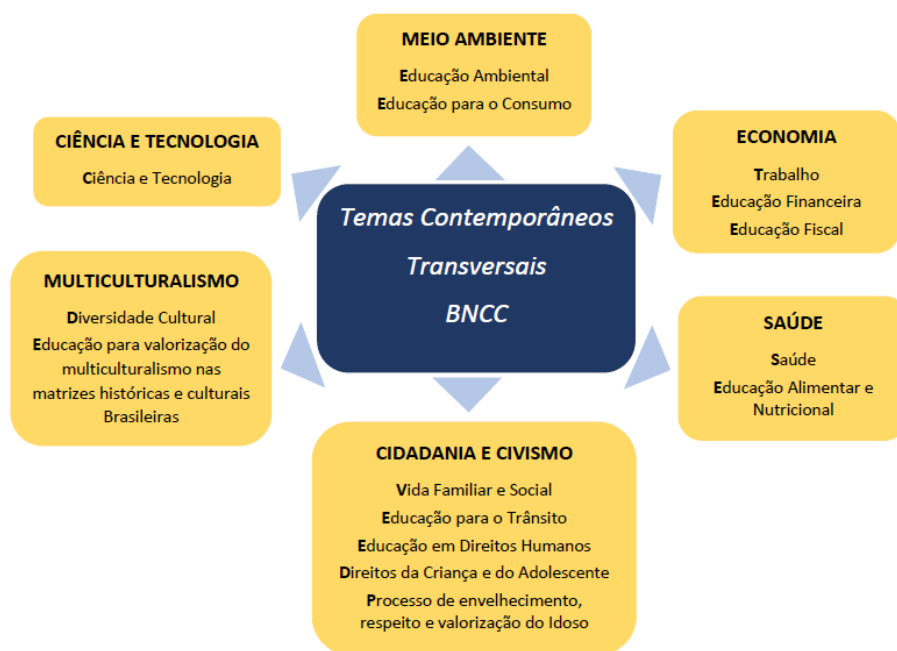
A motivação para esta pesquisa surgiu a partir das discussões realizadas na disciplina Temas Transversais em Contextos Locais, no Programa de Pós-graduação em Educação – POSEDUC/UERN. Assim, identificamos a oportunidade de articular dois projetos de pesquisa em desenvolvimento no programa: um que investigava o Projeto de Alfabetização e Letramento - PROALE como política curricular de alfabetização e outro que analisava os Temas Contemporâneos Transversais como política de currículo no Ensino Médio. Essa articulação possibilitou a proposição desta pesquisa, que busca investigar a presença da temática ambiental no material do PROALE. A relevância desse estudo se justifica pela necessidade de compreendermos como o Meio Ambiente é abordado nos materiais didáticos já nos anos iniciais

do Ensino Fundamental, contribuindo para a reflexão sobre a formação do discurso da Educação Ambiental desde os processos iniciais de alfabetização e letramento.

Para isso adotamos como referencial teórico os estudos de currículo de Lopes e Macedo (2011), por compreendermos que o currículo é construído discursivamente nas relações de poder, seja no sentido normativo das políticas curriculares que são promulgadas pelos órgãos de estado, seja no sentido da atuação dessas políticas no contexto da prática. Nessa compreensão, também nos referenciamos no Ciclo de Política de Bowe, Ball e Gold (1992).

Nos documentos oficiais da educação brasileira, especialmente a partir da década de 1990, a Educação Cidadã tem sido estabelecida como um princípio essencial na aprendizagem dos estudantes (Brasil, 2019). Esse conceito envolve aspectos como ética, interesse público, pensamento crítico e reflexivo, solidariedade, entre outros. Essas dimensões estão presentes na formulação dos Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reorganiza o Temas Transversais conforme a figura 1.

Figura 1.



Fonte: Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (2019).

Do ponto de vista metodológico, desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. Desenvolvemos estudos do referencial teórico-metodológico e de autores que discutem a temática ambiental na escola. O objeto de análise foi o Meio Ambiente/Educação Ambiental nas propostas para o 1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental do Projeto de Alfabetização e Letramento (Proale). O corpus foi composto conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1

Título	Ano	Etapas	Qualificação
<i>Parece... mas não é</i>	1º	Todas	Literatura
<i>Proposta didática para alfabetizar letrando</i>	1º	Todas	Livro do professor
<i>Vamos Passear na Escrita</i>	1º	1ª	Livro do aluno
<i>Vamos Passear na Escrita</i>	1º	2ª	Livro do aluno
<i>Vamos Passear na Escrita</i>	1º	3ª	Livro do aluno
<i>Vamos Passear na Escrita</i>	1º	4ª	Livro do aluno
<i>Pé de imaginação</i>	2º	Todas	Literatura
<i>Proposta didática para alfabetizar letrando</i>	2º	1ª e 2ª	Livro do professor
<i>Proposta didática para alfabetizar letrando</i>	2º	3ª e 4ª	Livro do professor
<i>Pé de imaginação</i>	2º	1ª	Livro do aluno
<i>Pé de imaginação</i>	2º	2ª	Livro do aluno
<i>Pé de imaginação</i>	2º	3ª	Livro do aluno
<i>Pé de imaginação</i>	2º	4ª	Livro do aluno

Fonte: pesquisa dos autores

A investigação iniciou-se pela leitura do material destinado aos alunos, seguida pela análise dos livros do professor e, por fim, dos livros de literatura. Durante esse processo, foram realizados registros sistemáticos de todo o material. Posteriormente, a análise foi conduzida à luz do referencial teórico adotado, permitindo a comparação dos registros, a identificação de resultados e a formulação das conclusões.

O nosso estudo teve como objetivo geral investigar a inserção da temática ambiental no processo de alfabetização e letramento do material didático do PROALE destinado aos 1º e 2º anos do ensino fundamental. Tivemos como objetivos específicos: discutir a construção do discurso da Educação Ambiental nas três principais conferências internacionais sobre o Meio Ambiente e analisar questões didático-pedagógicas para a abordagem do Meio Ambiente/Educação Ambiental no material didático do PROALE para turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

1 A Educação Ambiental na Produção dos Discursos de Grandes Eventos

Nesta seção abordaremos a produção dos discursos na enunciação da Educação Ambiental por meio dos grandes eventos internacionais, incluindo a Eco-92 que ocorreu no Brasil. Além deste, aqui nos deteremos em outros dois eventos: a Conferência de Estocolmo e a Conferência de Tbilisi, os quais, dentro dos limites deste artigo, são suficientes para abordarmos, de forma sucinta, tal produção discursiva.

As preocupações sobre a questão ambiental podem ser identificadas de forma mais embrionárias a partir dos anos 50 e 60, quando movimentos ambientalistas questionam as ações antrópicas de exploração do Meio Ambiente de forma predatória, trazendo como consequência o aumento de problemas de ordem social e política, advindos destas práticas. A partir de então, começa a ser gestado um cenário favorável para o envolvimento da sociedade em torno da questão ambiental, impulsionando o que se passou a chamar de Educação Ambiental, que Ramos (2001, p. 202) considera como “fenômeno característico da segunda metade do século XX, a educação ambiental (EA) surgiu basicamente como uma das ‘estratégias’ da sociedade para fazer frente aos problemas ambientais entendidos, a partir desta época, como ameaças à qualidade e à vida no Planeta”.

Dessa forma vai se constituindo a intenção de uma consciência da questão ambiental diante do crescimento de uma sociedade de consumo, a qual afeta de modo exponencial os recursos naturais, o que começa a ser pautado nos ambientes acadêmicos e, aos poucos, em espaços escolares de um modo geral. “As discussões sobre EA foram iniciadas principalmente nos países europeus e nos Estados Unidos. No Brasil, surgiram iniciativas nas décadas de 70 e 80 (Sato, 2002), com um salto significativo na década passada, a partir da Eco-92” (Marinho, 2003 p. 12).

Desde as suas primeiras iniciativas até os dias atuais, a questão ambiental e sua abordagem por meio da Educação Ambiental foi construída discursivamente, mas são nos grandes eventos que o discurso ambiental ganha proporções globais. Esses eventos vão se constituir como parte do que, no ciclo de política (Bowe, Ball e Gold, 1992), chamamos de Contexto de Influência. Em interação com esse contexto, uma diversidade de publicações vai sendo formatada, constituindo o contexto de produção de texto das políticas ambientais e da Educação Ambiental, considerada, aqui, como uma política. O Contexto da produção de Texto é composto por uma diversidade de suportes, os quais vão desde relatórios de órgãos

internacionais, passando por pronunciamentos de autoridades e programas de rádio e televisão, até livros didáticos e outros recursos que são apropriados no Contexto da Prática, que neste artigo está sendo considerado, especificamente, como o conjunto das instituições escolares e não-escolares em que a Educação Ambiental vai ser colocada em prática.

Diante da complexidade social e o aumento dos problemas que afetam o Meio Ambiente, o significativo Educação Ambiental ganha sentido não somente de cunho pedagógico, mas também político. A Conferência de Estocolmo, oficialmente Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, foi realizada na Suécia de 5 a 16 de junho de 1972. A Organização das Nações Unidas – ONU, responsável pela conferência, reuniu em torno de 113 líderes mundiais sob o pretexto de estabelecer diretrizes para o equilíbrio entre desenvolvimento e conservação dos elementos da natureza. É considerada como o primeiro grande evento global a discutir o impacto das atividades humanas no meio ambiente. A principal política decorrente desse evento foi o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, que orienta as nações membros da ONU nas questões ambientais.

Nesse evento o discurso é construído evocando-se a necessidade de uma consciência ‘esclarecida’ do indivíduo em sua relação com o meio ambiente para a sua preservação e conservação. Significantes como equilíbrio, preservação, desenvolvimento, vida, respeito, gerações futuras, entre outros, dão a tônica dos debates. Esse discurso se apoia no discurso científico, o qual dá legitimidade a questão da necessidade urgente de uma outra postura na relação da sociedade com o Meio Ambiente.

A circulação desse discurso em nível global não se dará de forma direta e objetiva. Assim, em cada país vão ser operados processos de recontextualização por hibridismo, produzindo sentidos conforme as questões culturais, políticas e sociais e as relações de poder que são colocadas em interação por meio das diversas políticas locais, pelas quais o discurso ambiental será traduzido. No Contexto da Prática, conforme pontua Ramos (2001, p. 202) “nas últimas décadas a vinculação da educação ambiental à obtenção de determinados valores, habilidades e atitudes é reconhecida desde a Conferência de Estocolmo 1972”.

Outro evento importante que podemos relacionar ao Contexto de Influência da Educação Ambiental, foi a ECO-92, ou Rio-92, que ocorreu no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992, o qual reuniu mais de 170 países. Esse evento teve como principal justificativa aprofundar as discussões sobre desenvolvimento sustentável. A referência para essa

justificativa veio do Relatório da COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1988), publicado no Brasil com o título **Nosso Futuro Comum**, o qual traz recomendações indicando a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Sob forte influência das questões emergenciais, a conferência mobilizou diversos países do mundo. Beskow e Mattei (2012), apontam que:

A partir daquele momento passou-se a dar outro tratamento ao tema do desenvolvimento, ganhando destaque a questão da sustentabilidade, ou seja, falar em desenvolvimento a partir da Rio-92 pressupunha estabelecer as mediações necessárias entre as esferas econômica, social e ambiental, ficando evidente que um modelo sustentável de desenvolvimento não poderia prescindir da perfeita articulação entre essas três esferas. (Beskow e Mattei 2012, p. 04).

Nesse evento, o discurso científico é requerido com muito mais ênfase em relação à sua apropriação pelo discurso ambiental, pois apesar de já esboçado anteriormente, a legitimidade que esse discurso dava em outras questões, ainda não tinha alcançado o mesmo patamar nas discussões ambientais.

Para o campo da educação em geral, destaca-se o reconhecimento da Educação Ambiental como um direito fundamental e um dos pilares do desenvolvimento sustentável, pautado pela Agenda 21. Esta, por sua vez, indica a reformulação dos sistemas educacionais para incluir a temática ambiental nos currículos escolares. Na Eco-92 também se esboça um discurso, mesmo que timidamente, da relação da questão ambiental com a questão social, o qual vai ser intensificado por meio da Educação Ambiental Popular, um discurso que vem ganhando maior espaço ultimamente.

Outro grande evento que compõe o Contexto de Influência da questão ambiental e da Educação Ambiental, foi a Conferência de Tbilisi. Organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, foi realizado em 1997, na cidade de Tbilisi, na Geórgia, quando esse país ainda fazia parte da antiga União Soviética, teve como centralidade a Educação Ambiental.

Esse evento pode ser considerado como uma continuidade da Conferência de Estocolmo (1972), mas tendo finalidade própria, uma vez que naquele evento as discussões sobre Educação

Ambiental haviam sido iniciadas com indicações de princípios a serem considerados pelos países membros. Como influências no campo da educação, a conferência de Tbilisi traz princípios e recomendações que orientam a Educação Ambiental até os dias de hoje.

Conforme Ramos (2001, p. 204), “se a Conferência de Estocolmo foi considerada o marco da recomendação mundial sobre EA, a Conferência de Tbilisi constituiu-se no marco mais importante para a definição e evolução da sua institucionalização”. A circulação global do discurso construído nessa conferência produziu sentidos de educação ambiental, tais como: direito universal, cidadania, interdisciplinaridade, integração, conhecimento, visão sistêmica, entre outros que contribuem para a articulação discursiva dos caminhos para o enfrentamento da questão ambiental.

A influência da conferência de Tbilisi no Brasil pode ser identificada de forma mais clara com e a promulgação, em 1999, da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), uma vez que seguindo as orientações de Tbilisi, a PNEA determina que a Educação Ambiental seja integrada à educação formal; tenha uma abordagem interdisciplinar; esteja focada nas questões de cidadania e na participação; priorize a realidade local e que promova a conscientização e a mudança de comportamento.

De forma mais concreta para o Contexto da Prática, tivemos a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e a própria Política Nacional de Educação Ambiental (1999), que estabeleceu diretrizes para a inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

Assim, podemos considerar que os eventos destacados trouxeram influências e marcas para o cenário da Educação Ambiental no Brasil e no mundo. As produções discursivas neles construídas, podem ser identificadas em documentos normativos, materiais didáticos, vídeos, orientações curriculares, pequenos eventos e textos políticos de um modo geral, nos quais podem ser observados interesses de grupos, embates, conflitos e alguns consensos construídos histórica e contextualmente.

2 O Meio Ambiente no Material Analisado e seus Desdobramentos

Os Temas Transversais veiculados pela primeira vez em uma proposta de orientação curricular oficial, como foi o Parâmetros Curriculares Nacionais, inaugurou no Brasil uma ideia

de currículo integrado por temas de interesse social. Nessa proposta, além de outras temáticas encontramos inserido o Meio Ambiente, que como Tema Transversal deveria ser abordado em todas as disciplinas. Com a Base Nacional Comum Curricular, os Temas Transversais passaram a ser agrupados em macroáreas. Assim, o Meio Ambiente passou a ser significado como uma macroárea, incluindo como temas transversais a Educação Ambiental e a Educação para o Consumo.

A partir dos estudos do *corpus* da nossa pesquisa, a primeira constatação foi que a abordagem do Meio Ambiente no material não aborda a Educação Para o Consumo, mas apenas a Educação Ambiental. Inferimos dessa constatação que isso pode ter ocorrido porque esse material já estaria definido antes da promulgação da BNCC, haja vista o PROALE ser uma proposta tomada de empréstimo (Ball, 2001) do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) do Estado do Ceará, o qual é anterior à BNCC.

Constatamos, ainda, que a abordagem se restringe à extinção dos animais, justificando que “os animais foram escolhidos como personagens principais e como temática para encantar as crianças. Em geral, em qualquer lugar e em qualquer cultura, crianças e adultos gostam muito de animais e têm curiosidade de conhecê-los” (Simonetti, 2018 p. 27).

Temos aqui a defesa de um conhecimento universal e um sentido de cultura geral infantil. Considerando que o programa é uma proposta de currículo, ao se particularizar uma questão ambiental: os animais em extinção. Não obstante a sua importância, esse problema é elevado a uma condição de superioridade em relação a outros também importantes. Entendemos que a justificativa dada pretende uma homogeneização do currículo. Contudo, compreendemos que “o currículo não é um produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo, não é parte legitimada da cultura que é transposta para a escola, mas é a própria luta pela produção do significado” (Lopes e Macedo, 2011, p. 93). É nessa luta que a escola e os professores, juntamente com outros sujeitos, ressignificam o proposto.

Constatamos também que as atividades propostas no material indicam leituras, produção textual, rodas de conversa, pesquisas e desenhos de animais em extinção, tendo o suporte de textos do livro “Parece mas não é” e “Pé de imaginação”, que compõem o material do aluno. Identificamos que cada uma das etapas corresponde a um bimestre letivo. Os conhecimentos pré-definidos em cada livro devem, então, ser trabalhados no bimestre correspondente. No livro

do professor foi constatado que além de objetivos didáticos, são oferecidas orientações didáticas, mas essas com o sentido de guia, dizendo o que, como e quando fazer.

Analisamos que propostas dessa natureza têm a pretensão de regular o trabalho docente. Tal regulação está presente em propostas curriculares em geral, pois sempre há intenção de significação. Entretanto, entendemos que a escola interpreta, traduz e também faz políticas, não havendo um centro único de poder (Lopes e Macedo, 2011). O poder é sempre difuso, carregado de conflitos e ambivalências e, principalmente, contingencial em sua hegemonia.

Constatamos nas atividades uma perspectiva psicologizante, presente nos PCN e continuada na BNCC. Assim, a consideração do lugar, com atividade para descobrir e desenhar animais do município, seria uma forma de contextualizar o ensino no material da 1ª etapa do 1º ano. Ao professor, recomenda-se pesquisar sobre animais em extinção no município para conversar com os alunos acerca da importância da preservação ambiental. No material da 1ª etapa do 2º ano, um texto que trata da captura de um papagaio por caçadores é o mote para a abordagem em torno da preservação de animais e de aves em extinção, mais especificamente, o “Soldadinho-do-Araripe” e o “Periquito-Cara-Suja”, mencionados como aves da fauna do Ceará. Pela orientação didática do material, o professor deve explorar a discussão em torno das duas aves, ampliando para a preservação de aves do município no qual os alunos residem.

Tal perspectiva foi analisada como uma intenção de se valorizar os conhecimentos prévios. Na orientação ao professor, sugere-se uma roda de conversa com questionamentos pré-estabelecidos, como: O nosso município está sendo preservado e cuidado? O que você observa ao caminhar pela rua? Se você pudesse ser o protetor do município, o que você faria? O livro da 4ª etapa do 1º ano, propõe a leitura do texto *Lobos de Verdade*, orientando-se ao professor que converse com os alunos sobre a extinção de animais, **considerando seus conhecimentos prévios**.

Percebemos que algumas atividades, mesmo que sejam para crianças de 1º e 2º ano, têm uma forte carga romântica, exemplo disso é a que propõe a escrita de um bilhete para caçadores malvados, para os pais e para órgãos públicos, sobre os cuidados com a natureza. A atividade tem por base um texto sobre a lenda do Curupira. Nesse texto, o Curupira combate caçadores malvados e perdoa aquele que mata porque está com fome.

Analisamos que o texto e a atividade estão carregados de idealismo e de um sentido de Educação Ambiental que romantiza o Meio Ambiente e culpabiliza determinados sujeitos e suas ações pelo problema ambiental em questão. Entendemos que a complexidade da questão ambiental não tem como ser explorada em sua totalidade em turmas de 1º e 2º ano. Porém, a sua infantilização, inclusive no material do professor, desvaloriza a própria importância que se pretende promover.

Conclusões

A análise do material permitiu concluirmos que o Meio Ambiente e a Educação Ambiental são abordados no material do PROALE numa perspectiva romântico-idealista. Não obstante à preocupação com o nível das duas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, as propostas de atividades trazem um grau de infantilização que atinge o papel do professor enquanto produtor de conhecimentos.

Compreendemos que o problema ambiental é visto como culpa de determinados sujeitos, o que esconde questões mais amplas, inclusive para os professores que precisarão estar atentos a conhecimentos mais aprofundados, sejam os adquiridos em sua formação inicial ou em estudos em outros momentos. O conhecimento é visto como selecionado de uma cultura geral, na qual a criança é a mesma em qualquer lugar. Nesse sentido, a seleção dos saberes, considerados apropriados para o nível, ficou limitado à extinção dos animais.

Concluimos, ainda, que a proposta como currículo de alfabetização, tem forte carga psicologizante, influenciada pelas tendências construtivistas, as quais tiveram como referência César Coll, educador espanhol que ganhou expressão internacional por articular perspectivas técnicas e psicológicas, com base em Tyler e em Piaget, respectivamente (Lopes e Macedo, 2011).

Referências Bibliográficas

BALL, Stephen Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001.
www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf. Acesso em 13/09/2023

BESKOW, Eduardo; MATTEI, Lauro. **Notas sobre a trajetória da questão ambiental e principais temas em debate na conferência Rio + 20**. *Revista NECAT - Revista do Núcleo*

de *Estudos de Economia Catarinense*, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em:
<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4525>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA BNCC: propostas de práticas de implementação**. Brasília, 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011

MARINHO, Zacarias. **A Inserção da Educação Ambiental na escola pública de Mossoró**. 2003. 104f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Rede PRODEMA/ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mossoró-RN.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação ambiental: origem e perspectivas**. 18. ed. Curitiba: Educar, Editora da UFPR, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/NhDhdgkXcnwdzbLwmmz9T4y/?format=pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SIMONETTI, Amália. **Proposta didática para alfabetizar letrando: caderno do professor**. Fortaleza: SEDUC, 2018.